

SERVIDORES. TCU determina a troca de terceirizados por concursados

# Casa de cultura será alvo de ação civil pública

Para procuradora, medida manterá o espaço em funcionamento

LELO MACENA  
REPÓRTER

Ao invés de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), como havia inicialmente proposto, a procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), Rosemeire Lôbo, vai entrar com uma ação civil pública no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para que, no mínimo, seja dado à Casa de Cultura da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) o mesmo tratamento dispensado ao Hospital Universitário (HU). A unidade hospitalar também é alvo do parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou que as duas unidades da Ufal substitua os funcionários terceirizados por servidores efetivos.

“Eu tomei conhecimento que, no caso do HU, que está na mesma situação, foi encontrada uma solução provisória, de contratação de profissionais da área de saúde, de médicos, nutricionistas, enquanto uma empresa criada não faz o concurso público, isso sem nenhuma demissão”, disse a procuradora Rosemeire Lôbo, que participou na manhã de ontem de uma reunião.

Segundo ela, a substituição dos funcionários



Medidas para a Casa de Cultura foram discutidas durante reunião na manhã de ontem

terceirizados, como determina o TCU, é impossível nesse momento.

“Ficou muito claro que não existem professores efetivados do quadro da Faculdade de Letras que comportem essa substituição, o que implicaria na imediata suspensão dos serviços de disseminação de língua estrangeira, o que vai de encontro com a obrigação da Ufal e do Ministério da Educação de implementar o Programa Ciências Sem Fronteiras”, explica a procuradora, ao expor os argumentos que levará ao TRT.

Ela disse que preferiu levar a decisão para o Judiciário por tratar-se de um “grandioso” e cheio de

detalhes.

## PROVIDÊNCIAS

“Entrar com uma ação civil pública para que a Ufal ou demita imediatamente os professores das Casas de Cultura da Ufal com base no parecer do TCU, e assim também o faça no HU, ou então ela promova um concurso para poder demitir os professores”, disse Rosemeire Lôbo.

Ainda de acordo com ela, o direito à educação é um direito social tanto quanto o direito à saúde. O reitor Eurico Lôbo Filho, além de outros representantes da Ufal, participaram da reunião.

Dê acordo com texto

publicado na tarde de ontem, no site da Ufal, há o empenho da direção da universidade em discutir a forma de adequação das Casas de Cultura para atender a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), mas garantindo o funcionamento do projeto em outro formato.

Com essa finalidade, o reitor Eurico Lôbo marcou para a próxima quarta-feira, 7 de novembro, às 14 horas, no gabinete da Reitoria, uma reunião com a direção da Faculdade de Letras, Procuradoria Geral da instituição, representantes da Fundepes e das Casas de Cultura para tratar mais uma vez sobre o assunto. ☐